



“Elas resistem ao clima”: inclusão produtiva das mulheres agricultoras no semiárido mineiro

Guélmer Júnior Almeida de Faria¹ , Ana Louise de Carvalho Fiúza^{2*} 

RESUMO

Este trabalho trata da inclusão produtiva de mulheres rurais em ambientes resilientes que foram fortemente impactados pelas mudanças climáticas, como a região semiárida de Minas Gerais. Seu objetivo é analisar as características das mulheres agricultoras e dos estabelecimentos agrícolas. Trata-se de um estudo teórico-bibliográfico e exploratório, no qual foi realizada uma revisão da literatura e coletados dados secundários do Censo Agropecuário de 2017. Assim, as mulheres rurais produziram, aumentaram sua renda e foram incluídas no mercado, destacando o potencial de participação, resistência e protagonismo feminino no meio rural diante das desigualdades de gênero na interface com ambientes resilientes.

Palavras-chave: Gestão agropecuária, Protagonismo feminino, Meio rural.

“They resist the climate”: productive inclusion women farmers in the semi-arid region of Minas Gerais

ABSTRACT

This work deals with the productive inclusion of rural women in resilient environments that have been strongly impacted by climate change, such as the semi-arid region of Minas Gerais. It aims to analyze the characteristics of female producers and agricultural establishments. This is a theoretical-bibliographical and exploratory study, in which a literature review was carried out and secondary data was collected from the 2017 Agricultural Census. Rural women have thus produced, increased their income and been included in the market, highlighting the potential for female participation, resistance and protagonism in rural areas in the face of gender inequalities at the interface in resilient environments.

Keywords: Agricultural management, Female protagonism, Rural environment.

“Ellas resisten al clima”: inclusión productiva de las mujeres agricultoras en la región semiárida de Minas Gerais

RESUMEN

Este trabajo aborda la inclusión productiva de las mujeres rurales en entornos resilientes fuertemente afectados por el cambio climático, como la región semiárida de Minas Gerais. Su objetivo es analizar las características de las productoras y de los establecimientos agrícolas. Se trata de un estudio teórico-bibliográfico y exploratorio, en el que se realizó una revisión bibliográfica y se recogieron datos secundarios del Censo Agropecuario de 2017. Así, las mujeres rurales han estado produciendo, aumentando sus ingresos y siendo incluídas en el mercado, destacando el potencial de participación, resistencia y protagonismo femenino en las zonas rurales frente a las desigualdades de género en entornos resilientes.

Palabras clave: Gestión agrícola, Protagonismo femenino, Medio rural.

¹ Doutor em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Pós Doutorando em Política Social pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2089-3064> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2352838003809047>. E-mail: guelmerjr@gmail.com.

² Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Viçosa, Minas Gerais, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3898-1583>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6980818349328612>. E-mail: louisefiuza@gmail.com



INTRODUÇÃO

O semiárido mineiro é marcado historicamente pela sua pouca diversidade produtiva que foi desprezada no processo de colonização e, devido a isso invisibilizado. Igualmente, sua formação sócio-histórica foi construída pela ausência e foi amparada em uma sociedade que luta pela sobrevivência e conflita com problemas cotidianos, quais sejam: escassez de água, aridez do solo, precária inserção social e comercial em relação à lógica de poder do País (Silva *et al.*, 2015).

Portanto, sua caracterização geomorfológica é feita tendo por base os seguintes critérios: déficit hídricos ultrapassando o limite de 60%, um alto índice de aridez, uma média de precipitação abaixo de 800 milímetros e a continuidade territorial que os municípios são incluídos na região semiárida. A extensão territorial do semiárido mineiro compreende 18% do território do estado de Minas Gerais e abrange 217 municípios mineiros. Em termos de circunscrição territorial, na mesorregião de Jequitinhonha encontram-se 34 municípios, no noroeste de Minas 5 municípios, no norte de Minas 85 municípios, no Vale do Mucuri 23 municípios e no Vale do Rio Doce 70 municípios, onde, em 2024, residia uma população de 3,3 milhões de habitantes (CONDEL/SUDENE, 2024).

Nesse contexto, as mulheres representam o grupo mais acometido pelas consequências das alterações climáticas, em razão da sua situação de vulnerabilidade em várias dimensões. Lourivânia Soares Santo (2022) relata que, tratando-se das mulheres rurais do semiárido, as dificuldades são ainda maiores, tendo em vista agravantes como os fatores climáticos/ambientais, a invisibilidade do trabalho produtivo, a falta de acesso à água e as estruturas patriarcais mais fortemente demarcadas, a baixa conectividade e acesso às tecnologias digitais, dentre outros aspectos. Na zona rural, Marcelo das Mercês Santos (2023, p. 2) diz que “além de exercerem todas essas funções, cuidar da casa e dos/as filhos/as, as mulheres participam efetivamente do trabalho no campo” e, sobretudo, na direção e responsabilidade dos trabalhos no estabelecimento agropecuário.

Há que se destacar que as mulheres só foram incluídas nas políticas de financiamento de desenvolvimento rural em 2001. Ou seja, cinco anos após a implementação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Contemporaneamente, o Pronaf Mulher vem lidando com críticas, pois, ainda que as mulheres sejam as titulares quem administra o dinheiro e toma decisões no estabelecimento agrícola são os homens. Outrossim, é preciso observar que as composições familiares chefiadas por mulheres no semiárido são muito comuns nas comunidades rurais, e isso ocorre por diversos fatores. Seja por causa da migração dos





maridos para outras partes do país em busca de trabalho, ou pelo alto índice de famílias chefiadas por mães solo, cabe a essas mulheres a responsabilidade de administrar tanto a agricultura familiar quanto os domicílios (ONU, 2009; FIDA, 2016).

Ademais, com base no relatório da FAO (2024): “elas resistem ao clima”, evidencia-se a busca pela compreensão da inclusão produtiva das mulheres rurais na agricultura familiar e as mudanças climáticas no semiárido mineiro. As mulheres rurais aqui são compreendidas como as mulheres agricultoras que dirigem seus estabelecimentos agropecuários e executam suas ações em seus territórios de vida e trabalho.

De igual relevância foram os estudos realizados por Santos (2023) sobre os sentidos produzidos pelas mulheres da Comunidade de Giral, no Município de Caém/BA, sobre os quintais produtivos, e os efeitos do trabalho dessas mulheres nesses espaços de produção. A pesquisa de Matos *et al.* (2023) relata a experiência do “Projeto Mulheres Liderando a Ação Climática”, que ocorreu na Comunidade Mearim, localizada no município de Quixeramobim/CE. O objetivo foi descrever as atividades exercidas por mulheres da zona rural e a sua importância na conservação da biodiversidade. Esta visão é apoiada por Lima *et al.* (2023) que analisaram como as mulheres camponesas são impactadas pelas mudanças climáticas e trazem elementos para se pensar políticas públicas que englobam uma perspectiva de gênero, agroecológica e interseccional.

No âmbito internacional, as pesquisas têm destacado o papel propositivo e diretivo das mulheres para a mitigação dos efeitos ambientais e, assim, alcançar justiça ambiental. O estudo de Louis Nyahunda e Happy Mathew Tirivanga (2022) documentou estratégias de adaptação climática empregadas por mulheres rurais do distrito de Vhembe na África do Sul. Perceberam que as mulheres são mais afetadas pelos impactos das mudanças climáticas do que qualquer outro gênero no mundo. Isso é atribuído à sua alta dependência dos recursos naturais para a sobrevivência, baixa capacidade adaptativa, analfabetismo, papéis sociais atribuídos que limitam sua participação em iniciativas de mudanças climáticas como a dos homens e altos níveis de pobreza. Apesar disso, as mulheres são agentes de mudança social que não permaneceram vítimas passivas das mudanças climáticas e seus impactos.

Esse estudo compreende as mulheres como protagonistas para conseguir produzir, aumentar a renda e se incluir mercantilmente. As mulheres representam, em média, 43% da força de trabalho agrícola dos países em desenvolvimento, chegando a 20% na América Latina e 50% na Ásia oriental e África (FAO, 2011). Em todas as regiões, “um elemento comum é o menor acesso aos recursos produtivos e oportunidades, comparativamente aos homens” (FAO, 2011, p. 6).





Nesse ensejo, a justificativa para estudar este tema se sustenta no cumprimento da meta da ODS 30 – (01, 02, 05), que são: erradicação da pobreza, fome zero e agricultura sustentável, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável, igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Ou seja, trata-se de um tema transversal e intersetorial. Outra justificativa refere-se à necessidade de compreender o reconhecimento e a participação das mulheres na agricultura do semiárido mineiro, devido à produção científica mais recente sobre mulheres em contextos rurais avançar na reflexão sobre gênero e trabalho, o que não ocorre em relação à gestão (Herrera *et al.*, 2024).

O problema de pesquisa que se buscou responder foi: *quais as características dos estabelecimentos agropecuários dirigidos por mulheres agricultoras no semiárido mineiro?* Diante dessa problemática, o objetivo geral da investigação foi analisar as características do produtor considerado do sexo feminino e dos estabelecimentos agropecuários, a partir dos dados compilados do Sidra e do IBGE, por meio da análise do Censo Agropecuário, realizado em 2017. Essa problematização resultou nos seguintes objetivos específicos: identificar o protagonismo feminino no semiárido mineiro; delimitar a região semiárida mineira como um desafio para as mulheres agricultoras; e analisar a participação feminina no semiárido mineiro com ênfase na gestão agropecuária local. Outrossim, a partir da proposição desse caminho analítico, consideramos pertinente realizar este estudo mediante a pesquisa teórica-bibliográfica e exploratória, na qual se realizou uma revisão da literatura.

Foi abordado que a inclusão produtiva rural e a inclusão de gênero vieram para enfrentar o padrão patriarcal da administração rural pelo sistema econômico capitalista. Ao mesmo tempo, é importante encorajar e apoiar as mulheres a transformar suas próprias circunstâncias, demonstrando que o protagonismo feminino é um fator relevante no desenvolvimento rural da região semiárida mineira e na superação das mudanças climáticas. É nesse ponto que o papel das mulheres é urgente.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções. Precisamente, na *primeira seção*, o referencial teórico traz subsídios sobre a inclusão produtiva rural e gênero em ambientes resilientes. Por sua vez, na *segunda seção*, descrevemos os percursos metodológicos. Na sequência, a *terceira seção* apresenta e discute os resultados provenientes das análises dos dados secundários. Por fim, a *quarta seção* traz as considerações finais.





REFERENCIAL TEÓRICO

Inclusão produtiva de mulheres agricultoras no semiárido mineiro

Quando se pensa em mulheres do campo a imagem que sobressai é do papel social atrelado ao trabalho doméstico e à família. Na região semiárida mineira, assim como em todas as regiões do Brasil, prevalece a masculinização do campo, tendo o homem como responsável direto da propriedade. Contudo, nos últimos anos, tem havido uma ascendência da literatura sobre a inclusão produtiva das mulheres na agricultura.

Júlia Carla Duarte Cavalcante (2021) revela que as mulheres da região semiárida estão implementando métodos que integram a configuração da divisão social e sexual do trabalho e suas consequências no ambiente das mulheres no campo. A investigação constata que, por meio das vivências de atuação de movimentos e associações populares nesse cenário, tem havido um progresso na elaboração de soluções que possibilitem uma convivência com o semiárido, que também inclua a perspectiva de superar as disparidades entre os gêneros, além das questões ambientais e climáticas.

Em relação ao protagonismo feminino, Carina de Moraes Pereira Brito e Priscila Brasileiro Silva do Nascimento (2020), argumentam: à medida que as mulheres vão desafiando os preconceitos que envolvem a sociedade, começam a se formar discussões sobre os grupos de atividades econômicas utilizados e suas consequências na economia doméstica, promovendo uma maior autonomia financeira e o fortalecimento que elas podem alcançar em decorrência da liberdade adquirida.

Os estudos de Lima *et al.* (2023) fornecem subsídios para o debate sobre como as alterações climáticas trazem várias repercussões na vida das mulheres, especialmente aquelas que trabalham na agricultura, já que fazem parte de um dos setores mais suscetíveis da sociedade. Por meio do fortalecimento e da independência dessas mulheres, elas estão se tornando cada vez mais capazes e ativas na busca por um meio ambiente sustentável e pela harmonia do nosso planeta.

À luz dessa problemática, convém destacar experiências de como as mulheres no semiárido têm superado as mudanças climáticas. Matos *et al.* (2023), analisando a comunidade Mearim, situada no município de Quixeramobim/CE, revelam o progresso em produtividade e habilidades dessa comunidade, assim como de outras nas proximidades. O foco em soluções climáticas sustentáveis, junto ao apoio ao empoderamento feminino rural, promove o fortalecimento do setor produtivo por meio de iniciativas fundamentadas em princípios agroecológicos. A resiliência aqui é compreendida como totalidade. As mulheres agricultoras





da região semiárida articulam arranjos de proteção que contribuem para o desenvolvimento no meio rural. Silva *et al.* (2024), analisando narrativas de mulheres rurais, destacam sentimentos de esperança, encantamento com o trabalho rural e pertencimento a esse meio, as redes de apoio social, a espiritualidade e a superação das adversidades como fatores de resiliência.

Os resultados das pesquisas de Brito e Nascimento (2020) e Tatiana Frey Biehl Brandão, Janice Rodrigues Placeres Borges e Luciano Celso Brandão Guerreiro Barbosa (2016) convergem na medida em que revelam a agroecologia e o associativismo como mecanismos de resistência dessas mulheres na busca pelo empoderamento feminino no semiárido. Brito e Nascimento (2020), utilizando como exemplo de análise as mulheres rurais da comunidade Salgado, na Bahia, e suas vivências dentro do grupo “Mulheres de Esperança”, afirmam que a Agroecologia é um caminho significativo para a transformação. Ela provoca alterações significativas na estrutura produtiva, que é impulsionada pela atuação de mulheres que almejam modificar seu modo de vida, abrangendo os âmbitos social, cultural, político, financeiro e organizacional de sua região.

Por esse viés, Lizziane Argôlo-Batista e Diana Amorim de Oliveira (2024) descrevem como uma iniciativa de extensão vinculada ao “Projeto de extensão Vixe Mainha: empoderamento para as mulheres do campo” apoia as mulheres na Bahia mediante treinamentos técnicos e pode ajudar a promover uma sociedade mais equitativa em relação à igualdade de gênero.

Assume vasta importância, nessa conjuntura, a pesquisa de Ferreira *et al.* (2023), sobre a vivência de agricultoras e o trabalho da Assessoria Técnica Continuada, decorrente da implementação das Cadernetas Agroecológicas dentro do projeto Pró-Semiárido, que é coordenado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia. Como resultado, diversas agricultoras relataram que começaram a apreciar o ato de anotar, pois isso as ajudava a entender o que estavam consumindo, vendendo, doando ou trocando de suas colheitas. Algumas registraram tantas informações que chegaram a utilizar até cinco cadernetas durante o período de organização dos dados. Elas também mencionaram que passaram a se ver como figuras importantes na administração das atividades na propriedade e sentiam que eram úteis em cada conversa que envolvia a/os técnica/os. A análise realizada por Santos (2023) mostra que os quintais produtivos são responsabilidade das mulheres, e, dessa forma, impactam de maneira importante a qualidade de vida da família como um todo, além de valorizar a força de trabalho, garantindo a visibilidade e o reconhecimento que merecem.

É preciso notabilizar, aqui, o que dispõem Virzângela Paula Sandy Mendes, Helenira Elery Marinho e Antonio George Lopes Paulino (2024), sobre a inclusão no trabalho, iniciativas





governamentais e fortalecimento das mulheres agricultoras familiares de Paraipaba/CE. Os achados indicaram que as mulheres obtiveram um certo reconhecimento por parte da família e da comunidade devido à sua inclusão no mercado de trabalho, o que as tornou responsáveis por uma parte das despesas domésticas. A conexão entre a inclusão produtiva rural e questões de alimentação, nutrição, conservação ambiental e mudanças climáticas revela aspectos políticos que destacam a autonomia dessas mulheres, a qual deve ser garantida por meio da criação social de mercados alternativos e políticas públicas que promovam a inclusão. Em outras palavras, mesmo que as mulheres exercitem sua independência, o mercado ainda não está preparado para acolhê-las.

A partir das considerações feitas, foi eleita, como objeto de estudo deste artigo, a gestão agropecuária local protagonizada por mulheres. Vanderlay Santana Reina (2019) nos lembra, a partir de vivências de homens e mulheres agricultores rurais, que as experiências nesse espaço de disputa de poder são marcadas historicamente pela dominância do masculino, tendo as mulheres que enfrentar inúmeras barreiras para abrir portas nesse lugar fechado e reservado para os homens. As batalhas enfrentadas por mulheres do campo sob uma perspectiva interseccional levam em conta que a opressão não se limita ao sexismo, mas abrange também o racismo e outras formas de dominação, o que exige a reformulação de discursos e práticas para incluir diversas identidades. Dessa forma, existem vários movimentos e grupos formados em torno de questões feministas que incorporam as necessidades e particularidades das experiências de mulheres agricultoras familiares, indígenas, pescadoras, extrativistas e quilombolas (Gonzalez, 2020; Crenshaw, 2002).

Por fim, a partir do século XXI, com o avanço dos debates sobre a agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável e solidário, o protagonismo das mulheres passou a ser valorizado, dando ênfase ao modo de vida e ao conhecimento tradicional do manejo agroecológico, denominando-as de “agricultoras” e não mais como “mulheres rurais”. Isso tem influenciado o planejamento de políticas públicas, fazendo surgir iniciativas articuladas em programas e políticas voltadas para mulheres agricultoras, como as cadernetas agroecológicas, o fomento ligado aos quintais produtivos e à produção agroecológica de alimentos.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da análise, foram traçados percursos metodológicos fundamentais para a construção do debate sobre a inclusão produtiva rural feminina no semiárido mineiro. A metodologia empregada neste trabalho é de natureza teórica-bibliográfica





e exploratória. Nesse sentido, Gil (2002) afirma que, esse tipo de pesquisa possibilita maior alcance de informações, além de permitir uma melhor construção e definição do quadro conceitual de estudo.

O método que proporcionaria um estudo sistemático é a revisão de literatura, que é um processo de busca, análise e descrição de determinado assunto ou campo do conhecimento em busca de maior delimitação sobre um campo de pesquisa, conforme nos adverte Flor *et al.* (2022).

Posteriormente, foi realizada uma coleta de dados secundários junto ao Censo Agropecuário de 2017. Foram coletados e analisados dados secundários disponíveis no Sistema IBGE de Recuperação Automática SIDRA³, relacionadas às mulheres rurais do semiárido mineiro. Utilizou-se a definição de *produtor diretamente*, que é quando a direção dos trabalhos está sob a responsabilidade de, pelo menos, um dos produtores do estabelecimento (não considerando o casal), no caso, o *sexo do produtor mulher* (IBGE, 2017a). Por definição legal (Lei nº. 11.326/2006), um estabelecimento de Agricultura Familiar (AF) somente pode estar sob a direção de produtor(a) individual ou de um condomínio, consórcio ou sociedade de pessoas, ficando, portanto, excluídas todas as demais alternativas.

Alguns trabalhos anteriores utilizaram os dados relativos à pessoa à frente dos estabelecimentos familiares, considerando-se as mulheres (Hora; Nobre; Butto, 2021). Alexandre Arbex Valadares (2025) revela que, em 2017, analisando-se apenas as produtoras individuais, elas assumiam, individualmente, a direção dos trabalhos em 19% do total de estabelecimentos, em 15% dos não familiares e em 20% dos familiares. Ou seja, 1 em cada 5 estabelecimentos da AF, em 2017, eram dirigidos, direta e individualmente, por mulheres.

A contribuição do presente trabalho é utilizar dados da atuação e participação feminina no semiárido mineiro com ênfase na gestão agropecuária local, analisando-se características educacionais, cor/raça, tipologias, grupos de atividades econômicas, condição legal da terra, local de moradia, uso de agrotóxicos, produção orgânica e acesso à informação.

ANÁLISES E RESULTADOS

As estatísticas sensíveis ao gênero provam que cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa 47,5% da população residente no campo no Brasil. No estado de Minas Gerais, 86.743 estabelecimentos agropecuários são dirigidos por mulheres, isto é, 14%.

³ A partir das tabelas 6878, 6753, 6883, 6777, 6960 disponíveis em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017/resultados-definitivos>.





Para o semiárido mineiro, 21.698 (20,45%) dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por mulheres. Compete sublinhar que, segundo Flávia Biroli (2015), as mulheres no meio rural rompem com a divisão sexual do trabalho ao se inserirem em espaços de decisão, organização e gestão de empreendimentos agrícolas, tensionando as estruturas históricas patriarcais e hierarquizantes, reafirmando seu protagonismo na transformação social dos territórios em que vivem, como na região semiárida mineira.

Outro aspecto a se considerar, para fins de comparação, é a cor e a raça das mulheres brasileiras habitantes de áreas rurais. As que se autodeclararam pardas apresentam um percentual de mais de 56%, 35% brancas e 7% pretas. As indígenas compõem 1,1% da população rural feminina (IBGE, 2018). Com isso, foi possível constatar que os produtores negros (pretos e pardos) representavam 55% dos produtores à frente de estabelecimentos familiares. Esse dado explica-se sobretudo pela alta concentração de produtores familiares negros no Norte (62%) e no Nordeste (68%) (Valadares, 2025). Em comparação, na região semiárida mineira, a maioria delas se autodeclara como pardas – 12.857 (59,25%) – e 3.117 (14,36%) como pretas; ou seja, padrão coincidente com as regiões Norte e Nordeste. Percebe-se que as mulheres produtoras negras (pretas e pardas) exercem um papel significativo no desenvolvimento das atividades agropecuárias da região.

Desse modo, é preciso notabilizar como as interlocutoras podem ter herdado saberes que vêm de suas ancestrais; a prática do amor e do afeto descolonizados encontra espaço fértil para se desenvolver, onde o respeito à terra, à coletividade e às práticas espirituais e ancestrais pode ser propulsor da emancipação feminina frente às estruturas coloniais, capitalistas e patriarcais, e sua valorização permite o empoderamento da mulher negra na reconstrução da sua identidade e autonomia, conforme nos indica Lélia Gonzalez (2020).

De acordo com os dados da tabela 1, em relação à escolaridade, as mulheres que sabem ler e escrever sobressaem (64,95%), ao mesmo tempo, as que não sabem ler e escrever são quase a metade (35,04%). Isso implica que, embora as mulheres estejam estudando mais que os homens, tanto as que residem em áreas rurais como urbanas, ainda persistem desigualdades. Na relação entre estudo e renda, constatou-se que quanto mais se estuda, mais se ganha, e menos a mulher tem que se submeter em relação à sua dependência financeira aos homens.

Essa visão alinha-se às concepções de bell hooks (2017), que argumenta que a educação deve ser entendida como um exercício de liberdade. Para ela, estudar é uma forma de resistência e quebra de normas contra os sistemas de opressão que influenciam as estruturas convencionais da educação. Entre os desdobramentos, destacam-se a promoção de geração de renda, o bem-estar das agricultoras e resistência na transformação social.





Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários, por escolaridade, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

Nível de Ensino	Número de estabelecimentos
Sabe ler e escrever – sim	14.093
Sabe ler e escrever – não	7.605
Antigo primário (elementar)	4.790
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	4.069
Regular de ensino médio ou 2º grau	2.042
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	133
Superior (graduação)	668
Mestrado e Doutorado (pós-graduação)	26
Total	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Em relação às tipologias dos estabelecimentos agropecuários (Tabela 2), observa-se que a maioria é da agricultura familiar (82,88%) e é coberta pelo financiamento do PRONAF B⁴ (78,57%). Ainda que o mecanismo de hierarquização opere em delimitar o que é “trabalho leve” (cuidado com hortas, a produção de alimentos, o artesanato) e “trabalho pesado” (assalariado) (Paulilo, 2016), no âmbito da agricultura familiar essa distinção obscurece a relevância econômica das mulheres que se destacam à frente da agricultura familiar praticada no semiárido mineiro. Por isso, Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) advertem para o trabalho invisível das mulheres ser considerado como “ajuda” por ser leve; essa negação simbólica e econômica intensifica estereótipos de gênero.

Tabela 2. Número de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

Tipologia	Número de estabelecimentos
Agricultura familiar – não	3.713
Agricultura familiar – sim	17.985
Agricultura familiar – PRONAF B	17.050
Agricultura familiar – PRONAF V	931
Agricultura familiar – não pronafiana	4
Total	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

A linha de crédito do PRONAF B tem sido a mais acessada na região Nordeste, segundo os dados do Banco do Nordeste. O programa é uma forma de incentivo a essa categoria de produtores(as), por meio de financiamentos, com baixa taxa de juros, sendo um instrumento de garantia de crédito para esse grupo. Os agricultores que correspondem ao Grupo B, do PRONAF, exibem sinais de fragilidade, especialmente no que se refere ao acesso à terra e às condições de produção (Wanderley, 2014).

⁴ Agricultoras com Renda Bruta Anual de até R\$ 20 mil reais.

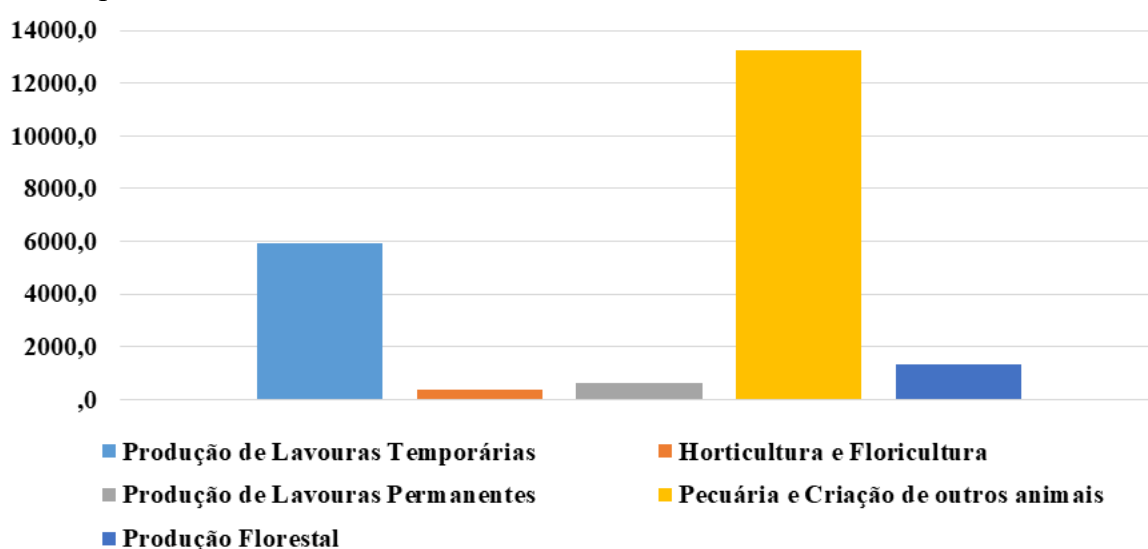




Portanto, a agricultura familiar, embora marginalizada ao longo da história, é uma das principais atividades econômicas da região. Institui ocupações e produtos em situações muito adversas de oferta de terra, água e recursos, e responde pela dinamização das trocas entre agricultores, comércio local e consumidores urbanos (Ribeiro, 2013).

Quando se analisam os grupos de atividades econômicas, que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018), são unidades de produção compreendidas como um processo, isto é, uma combinação de ações que resulta em certos tipos de produtos ou, ainda, uma combinação de recursos que gera bens e serviços específicos. Logo, uma atividade é caracterizada pela entrada de recursos, um processo de produção e uma saída de produtos (bens e serviços). Os números revelam que, a pecuária (bovinos) e a criação de animais (avicultura) (13.241 estabelecimentos), juntamente com as lavouras temporárias (milho em grão, mandioca, feijão de cor em grão) (5.933 estabelecimentos), foram relativamente superiores (Figura 1).

Figura 1. Números de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividades econômicas, sexo do produtor - mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.



Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Desse modo, essas atividades econômicas são responsáveis pelas ocupações geradas pela agricultura familiar e são parte importante da diversidade dos meios de vida das famílias, para o consumo direto, para o beneficiamento de alimentos e para a comercialização. As mulheres concentram suas atividades econômicas nos pequenos roçados, hortas, criação de pequenos animais (Paulilo, 2016). A exemplo, tem-se a agroindústria e o processamento de alimentos. Muitas mulheres e suas famílias têm se dedicado à transformação de produtos





agrícolas em alimentos processados, tal como a produção de compotas, geleias, laticínios, panificação, embutidos, entre outros (Fiúza; Freitas, 2024).

Para melhor entender o acesso das mulheres à terra, é preciso também considerar a condição legal da terra. A dinâmica fundiária observada na região do semiárido mineiro é expressa pela concentração de terras, sendo responsável por diversos conflitos que surgiram desde então. Analisando a dinâmica que ocorreu no intervalo censitário, a partir das atividades que preponderantemente ocupam quase todas as mulheres são proprietárias de suas terras (86,59%). Na condição de comodatária, ou seja, com o uso concedido, total ou parcial, a outra pessoa representa 7,71% (Tabela 3). Karla Hora, Miriam Nobre e Andrea Butto (2021, p. 17) explicam que “o acesso à terra é condição fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva e, no caso das mulheres, para garantir a autonomia”.

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários, condição legal do produtor em relação à terra, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

Condição legal da produtora	Número de estabelecimentos
Proprietária	18.790
Concessionária ou assentada aguardando titulação definitiva	464
Arrendatária	46
Parceira	242
Comodatária	1.674
Ocupante	367
Produtora sem área	115
Total	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

A residência da pessoa que dirige o estabelecimento mostra que a maioria é no próprio estabelecimento, representando 87,73% (Tabela 4). A moradia do dirigente observada na região semiárida mineira pode estar relacionada com a condição legal da produtora, a sucessão feminina rural e as mudanças no modo de produção, com melhor relação com a natureza. O protagonismo feminino na região é decorrente do empreendedorismo rural e da capacidade produtiva das mulheres que têm promovido melhorias das condições sociais das suas famílias.

Tabela 4. Número de estabelecimentos agropecuários, residência da pessoa que dirige o estabelecimento, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

No estabelecimento	Outro local	Total
19.037	2.674	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).





A preocupação com as soluções climáticas sustentáveis acarretou mudanças significativas nas estratégias de reprodução dos agricultores familiares em toda a região, quando questionadas sobre o uso de agrotóxicos, a não utilização prevaleceu, 85,59% (Tabela 5). Os dados nos permitem observar a relação entre o ecossistema e o preparo da terra, tendo as mulheres agricultoras assumido o papel de guardiãs dos sistemas agroalimentares e do desenvolvimento sustentável do campo, das águas e das florestas. É mediante o empoderamento e da autonomia dessas mulheres, que cada vez mais elas estão fortalecidas e envolvidas no processo de luta pela sustentabilidade ambiental e equilíbrio do planeta Terra (Lima *et al.*, 2023).

Tabela 5. Número de estabelecimentos agropecuários, uso de agrotóxicos, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

Utilizou	Não utilizou	Total
3.099	18.573	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

Por outro lado, diminuiu a participação na utilização de agricultura ou pecuária orgânica, 75,72% (Tabela 6). O Censo Agropecuário registrou a produção orgânica apenas se cadastrada conforme a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003⁵. Para Hora, Nobre e Butto (2021), esse critério de inclusão certamente excluiu vários processos de produção orgânica e agroecológica em curso na agricultura familiar, muitos dos quais com ênfase nos grupos coletivos de mulheres. Por isso, é importante destacar que, muitas vezes, são elas quem reintroduzem sementes há muito guardadas nas próprias hortas domésticas, testam formas e preparados no cultivo, recuperam a cooperação em todas as esferas da produção, ao mesmo tempo que desafiam a produção convencional ao pôr em prática saberes adquiridos com outras gerações. Ainda existem vários entraves na adoção da produção orgânica na agricultura familiar que merecem atenção e que precisam ser superados, como a assistência técnica e a dificuldade de acesso ao crédito, os quais são alguns dos problemas relatados por Soares *et al.* (2021).

Tabela 6. Número de estabelecimentos agropecuários, uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017

Sim	Sim, faz para a produção vegetal	Sim, faz para a produção animal	Sim, faz para a produção vegetal e animal	Não	Total
275	159	37	79	16.430	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

⁵ “Agricultura é considerada orgânica mediante avaliação de instituição certificadora, que assegura aos agricultores e familiares previamente cadastrados junto a órgãos fiscalizadores dessa atividade, a condição de produtores agropecuários orgânicos” (IBGE, 2017b, p. 71).





Analisando os dados relativos à forma de obtenção de informações técnicas recebidas, a televisão, com 50,92%, e as que não obtêm informações técnicas prevaleceram com 32,86% (Tabela 7). Esses dados refletem o desigual acesso das mulheres à orientação técnica e como as mulheres estão mais distantes dos circuitos monetários da economia, conforme Hora, Nobre e Butto (2021). Com base no histórico dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, pode-se afirmar que estes têm privilegiado a participação masculina, reforçando a desigualdade entre os gêneros e a estrutura da divisão sexual do trabalho. Assim, cabe às mulheres o confinamento ao lar (por serem responsáveis pelo cuidado com filhos, doentes, idosos e pelos afazeres domésticos), o que dificulta o acesso às políticas, à participação e à visita de técnicos nos seus estabelecimentos, pois muitos/as técnico/as não passaram por formação específica sobre as relações de gênero.

Tabela 7 - Número de estabelecimentos agropecuários, forma de obtenção de informações técnicas recebidas, sexo do produtor - Mulher, Semiárido de Minas Gerais, 2017.

Canais de informações	Número de estabelecimentos
Televisão	11.050
Rádio	5.709
Internet	1.134
Revistas	250
Jornais	392
Reuniões técnicas/seminários	2.731
Não obtêm informações técnicas	7.132
Outra forma	3.683
Total	21.698

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário (2017).

De todo modo, do ponto de vista da inclusão produtiva rural, é imperativo destacar o aumento e a manutenção das mulheres no campo em meio árido por meio de políticas públicas transversais e universais, voltados para a geração de renda, acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso ao crédito, administração econômica e financeira da produção agrícola. Assim, esses fatores podem aumentar a capacidade de resiliência e autonomia das dirigentes de estabelecimentos agropecuários em um cenário onde as alterações climáticas imperam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados e estudos mostrados no artigo demonstram como as mulheres têm se tornado figuras-chave no meio rural e nas mudanças que estão ocorrendo no contexto do semiárido atual. Além disso, os modos de vida e as práticas sociais e econômicas dessas mulheres na gestão agropecuária ressignificam seu posicionamento e as formas de se perceberem, aumentando sua autonomia em seus territórios.





A análise revelou que embora o sistema patriarcal seja atravessado por obstáculos materiais e simbólicos, tais como as dificuldades de reconhecimento e a organização do trabalho das mulheres como “leve”, “não trabalho” e a essencialização dos papéis naturalizados femininos, essas mulheres agricultoras têm construído estratégias cotidianas de enfrentamento de normas e valores culturais que lhes permitem protagonismo, participação, resistência, pertencimento e identidade ao serem gestoras diretamente de empreendimentos agrícolas no semiárido mineiro.

Nas análises dos dados secundários, revelaram-se características distintas que contribuem para compreender as mulheres do semiárido mineiro, que são maioria pardas: 35,04%, em relação às que sabem estudar, às que não sabem ler e nem escrever; 82,88% são agricultoras familiares e 86,59% são proprietárias de seus estabelecimentos; 78,57% utilizam o acesso ao crédito via PRONAF B; 13.241 estabelecimentos agropecuários se ocupam da produção da pecuária bovina e a criação de animais (aves); 85,59% não utilizam agrotóxicos e 50,92% recebem informação por meio da televisão. Contudo, diferentes características dos estabelecimentos dirigidos por mulheres afetam suas rendas em suas propriedades, alocações de trabalho e ações adaptativas, que persistem estruturais nas desiguais relações de gênero, e salientamos a orientação, formulação e adequação das políticas públicas universais e transversais para o desenvolvimento rural desse segmento.

Além disso, as mulheres rurais têm produzido, aumentado a renda e se incluído mercantilmente, evidenciando o potencial de participação, resistência e protagonismo feminino no meio rural em ambientes resilientes. Por outro lado, são evidentes os modos como as mulheres dirigentes de estabelecimentos agropecuários no semiárido mineiro têm superado as mudanças climáticas, destacando-se a agricultura familiar praticada em meio árido com sua especificidade e heterogeneidade, contextualizada com as dimensões da geodiversidade geológica e geomorfológica.

O estudo aqui apresentado, por limitar-se a um contexto específico, teve a pretensão de chamar a atenção para a visibilização das mulheres rurais em meio árido, com vistas a estimular o aprofundamento e os debates sobre o tema. Os resultados sugerem a necessidade de novos estudos sobre as dinâmicas e a inclusão mercantil dos estabelecimentos dirigidos por mulheres na região semiárida do estado de Minas Gerais.





AGRADECIMENTOS

À Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pelo financiamento do projeto RED-00155-21, ao qual se encontra vinculada esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARGÔLO-BATISTA, Lizziane; OLIVEIRA, Diana Amorim de. “Vixe Mainha”, empoderando mulheres do campo: percepções sobre um projeto extensionista. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 8, n. 1, e081045, jan./dez., 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v4i2.278>. Acesso em: 22 abr. 2025.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 81-117, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2335>. Acesso em: 21 jun. 2025.
- BRANDÃO, Tatiana Frey Biehl; BORGES, Janice Rodrigues Placeres; BARBOSA, Luciano Celso Brandão Guerreiro. O protagonismo feminino: um caso de convivência sustentável com o Semiárido nordestino no Brasil. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, Edição Especial, p.169-181, 2016. DOI: [doi:10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18759](https://doi.org/10.18472/SustDeb.v7nEsp.2016.18759). Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 20 jun. 2025.
- BRITO, Carina de Moraes Pereira; NASCIMENTO, Priscila Brasileiro Silva do. Agroecologia e empoderamento de mulheres de uma comunidade sertaneja do semiárido baiano. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Educacional (POLIGES)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 140-166, 2020. DOI: [10.22481/poliges.v1i1.8267](https://doi.org/10.22481/poliges.v1i1.8267). Acesso em: 14 abr. 2025.
- CAVALCANTE, Júlia Carla Duarte. Organização política de trabalhadoras rurais e luta por igualdade de gênero: uma análise do seu papel na construção da convivência com o semiárido. **Cadernos de Agroecologia**, Recife, v. 16, n. 1, p. 1-13, 2021. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6630>. Acesso em: 01 jun. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 05 maio 2025.
- FERREIRA, Dulce Naiara Carvalho; MARINHO, Cristiane Moraes; SILVA, Alineaurea Florentino; VIEIRA, Michelle Christini Araújo. A utilização da caderneta agroecológica por mulheres de comunidades rurais no projeto Pró-Semiárido, Bahia. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 331-345, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/REP-2022-62077>. Acesso em: 12 mar. 2025.





FIDA. International Fund for Agricultural Development. Investing in rural people in Brazil. Acessado em 25 setembro 2016. Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/10180/f5eb1cd0-a412-45bc-9218-1dc9fd7876b5>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; FREITAS, Bruna Rodrigues de. **Somos muitas!!! E queremos mais!!!: o empreendedorismo das mulheres rurais no semiárido**. Viçosa, MG: UFV, IPPDS, 2024. Disponível em: <https://aksaam.ufv.br/ToolSys/Download/Publicacao/177/269>. Acesso em: 09 abr. 2025.

FLOR, Tainá de Oliveira, GONÇALVES, Antônio José da Silva; VINHOLI, Airton José Vinholi; TRAJANO, Valéria da Silva. Revisões de literatura como métodos de pesquisa: aproximações e divergências. In: **Anais...** do VI CONAPESC, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/76913>. Acesso em: 08 abr. 2025.

GIL, Antônio. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas S. A, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376p.

HERRERA, Karolyna Marin; DESCONSI, Cristiano; BIROCHI, Renê; PACÍFICO, Daniela Aparecida. Trabalho e gestão das mulheres na agricultura familiar: uma análise a partir de estudos feministas e de gênero. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 3, e281922, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.281922pt>. Acesso em: 12 abr. 2025.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, p. 595-609, 2007. Disponível: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2025.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Trad. Maria Cristina Batalha. São Paulo: Martins Fontes, 2017. 286p.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. **As mulheres no censo agropecuário 2017**. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355154/69822227/HORA%2C+NOBRE+E+BUTTO+CENSO+2017.pdf/f391dda1-c8f8-6e51-117f-f221042e5a0e>. Acesso em: 20 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuário.html?edicao=23751&t=downloads>. Acesso em: 22 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas de gênero**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica n. 38, 2018. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 24 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Manual do recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/6c44aa115ea21f3d87723af72526b980.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.





LIMA, Arlla Xavier Katherine de, ALMEIDA, Artur Costa Pereira Santiago de, SILVA, Alessandra Keila da, NASCIMENTO, Crísea Cristina de; SANTOS, José Roberto. Impacto e protagonismo: mulheres camponesas frente às mudanças climáticas. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema v. 8, n. 2, p. 928-936, 2023. DOI: <https://doi.org/10.48017/dj.v8i2.2496>. Acesso em: 23 abr. 2025.

MATOS, Maria Jardene de; PEREIRA, Jane Paulino; PACHECO, Clécia Simone Gonçalves Rosa; SILVA, Alineaura Florentino. Agricultura resiliente ao clima: um relato de experiência sobre mulheres agricultoras no Semiárido cearense. In: PACHECO, Clecia Simone Gonçalves Rosa. (Org.). **Mudanças climáticas e seus impactos socioambientais: concepções, fundamentos, teorias e práticas mitigadora**. Guarujá: Científica Digital, 2023. Cap. 3, p. 61-72. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-384-4.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MENDES, Virzângela Paula Sandy, MARINHO, Helenira Elery; PAULINO, Antonio George Lopes. Inclusão Produtiva, Políticas Públicas e Empoderamento das Mulheres Agricultoras Familiares de Paraipaba/ CE. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 4, n. 2, p. 21-38, 2024. DOI: <https://doi.org/10.52641/cadcaj.v4i2.278>. Acesso em: 04 maio 2025.

NYAHUNDA, Louis; TIRIVANGASI, Happy Mathew. Adaptation strategies employed by rural women in the face of climate change impacts in Vhembe district, Limpopo province, South Africa. **Management of Environmental Quality**, v. 33, n. 4, p. 1061-1075, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1108/MEQ-09-2021-0207>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **Parte I – Las mujeres en la agricultura cerrar las brechas de género en aras del desarrollo**. [S. l.]: FAO, 2011. Disponível em: <https://www.fao.org/in-action/agronoticias/detail/en/c/489754/>. Acesso em: 13 mar. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **The unjust climate** – Measuring the impacts of climate change on rural poor, women and youth. 2024. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/cc9680en>. Acesso em: 30 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Women, Gender Equality and Climate Change**. 2009. http://www.un.org/womenwatch/feature/climate_change/. Acesso em: 12 mar. 2025.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: EdUFSC, UFSC, 2016, 383 p.

REINA, Vanderlay Santana. **Gênero e sindicalismo: um estudo das trajetórias e experiências políticas de militantes sindicais no Sinergia, Bahia, entre 1970 e 1990**. 489f. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) NEIM/Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/34192>. Acesso em: 22 jun. 2025.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. **Sete estudos sobre a agricultura familiar do Vale do Jequitinhonha**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013. 192 p.

SANTO, Lourivânia Soares. Mulheres e Resiliência: tecendo redes solidárias no semiárido. In: FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão (Org.). **A cultura em uma perspectiva multidisciplinar**. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em:





<https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/a-cultura-em-uma-perspectiva-multidisciplinar>.

Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, Marcelo das Mercês. O reconhecimento dos trabalhos realizados pelas mulheres nos quintais produtivos da comunidade de Giral, no município de Caém/BA. **Revista Macambira**, Serrinha (BA), v. 7, n. 1, e071007, jan./dez., 2023. DOI:

<https://doi.org/10.35642/rm.v7i1.852>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SILVA, Bruno Neves; SOUZA, Nilba Lima de; RIQUINHO, Deise Lisboa; PINTO, Erika Simone Galvão. História oral de vida de mulheres rurais: trabalho, saúde e resiliência. **Saúde Coletiva** (Edição Brasileira) [Internet], v. 14, n. 91, p. 13560-13569, 2024. Disponível em:

DOI: [10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13560-13569](https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i91p13560-13569). Acesso em: 21 jun. 2025.

SILVA, Milanya Ribeiro da Silva; BRASIL, Adelia Alencar; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; CHACON, Suely Salgueiro. Mulheres do Sertão: Avaliação dos impactos do Pronaf Mulher para a autonomia feminina no Semiárido Cearense. In: CHACON, Suely Salgueiro; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro do; JÚNIOR LIMA, José Ferreira.

Participação, Protagonismo Feminino e Convivência com o Semiárido. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, IABS, 2015. 158 p.

SOARES, João Paulo Guimarães; JUNQUEIRA, Ana Maria Resende; SALES, Pedro Canuto Macedo; SOUSA, Rubia Rinaldi Leão de. Cadeia produtiva de alimentos orgânicos. In: MEDINA, Gabriel da Silva; CRUZ, José Elenilson. (Org.). **Estudos em agronegócio - participação brasileira nas cadeias produtivas**. 1ª ed. Goiânia: Kelps, 2021. 390 p.

SUDENE. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (CONDEL/SUDENE). **Resolução CONDEL/SUDENE nº. 176, de 3 de janeiro de 2024**.

Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/hierarquia/resolucoes-conselho-deliberativo/resolucao-condel-sudene-no-176-de-3-de-janeiro-de-2024>. Acesso em: 21 mai. 2025.

VALADARES, Alexandre Arbex. Perfil dos dirigentes de estabelecimentos da agricultura familiar: uma comparação entre os censos agropecuários 2006 e 2017. In: SANTOS, Gesmar Rosa dos; VALADARES, Alexandre Arbex; SILVA, Sandro Pereira. **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Editora Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2025. p. 21-39. Disponível em:

<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11302>. Acesso em: 03 maio 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, 2014. Supl. 1. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002>. Acesso em: 25 abr. 2025.



Informações do Artigo	Article Information
Recebido em: 31/03/2025 Aceito em: 07/10/2025 Publicado em: 28/10/2025	Received on: 2025/03/31 Accepted in: 2025/10/07 Published on: 2025/10/28
Contribuições de Autoria <u>Resumo:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria <u>Introdução:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Referencial teórico:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Análise de dados:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Discussão dos resultados:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Conclusão:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Referências:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria <u>Revisão do manuscrito:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Aprovação da versão final publicada:</u> Guélmer Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza	Author Contributions <u>Abstract/Resumen:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria Introduction: Guélmer Júnior Almeida Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza Theoretical Reference: Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza Data analysis: Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza Discussion of results: Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza Conclusion: Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza References: Guélmer Júnior Almeida de Faria Manuscript review: Guélmer Júnior Almeida Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza <u>Approval of the final published version:</u> Guélmer Júnior Almeida de Faria, Ana Louise de Carvalho Fiúza
Conflitos de Interesse Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmico, político e financeiro referente a este manuscrito.	Interest conflicts The authors declare that there is no personal, commercial, academic, political or financial conflict of interest regarding this manuscript.
Como Citar este artigo - ABNT FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. “Elas resistem ao clima”: inclusão produtiva das mulheres agricultoras no semiárido mineiro. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091015, Jan.-Dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1649 .	How to cite this article - ABNT FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. “They resist the climate”: productive inclusion women farmers in the semi-arid region of Minas Gerais. Revista Macambira , Serrinha (BA), v. 9, n. 1, e091015, Jan.-Dez., 2025. https://doi.org/10.35642/rm.v9i1.1649 .
Licença de Uso A Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, mesmo que comercialmente, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.	Use license The Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International License (CC BY 4.0). This license allows sharing, copying, redistributing the manuscript in any médium or format. In addition, it allows adapting, remixing, transforming and building on the material, even commercially, as long as due credit for authorship and initial publication in this journal is attributed.